

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	FGV BLOG DE ARBITRAGEM						
<b>AUTORIA</b>	FABIANE VERÇOSA, KARINA RICIO, JOANNA TROTTA E TATIANA MURTA					<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10
<b>SUPERVISÃO</b>	KARINA RICCIO					<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6
<b>REQUISITOS</b>	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	COMUNIDADE ARBITRAL						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR037 /GRDDIR039 / GRDDIR041	<b>PERÍODO</b>	2022.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Field Project direcionado à gestão do FGV Blog de Arbitragem ( <a href="https://www.fgvblogdearbitragem.com.br">https://www.fgvblogdearbitragem.com.br</a> ), com Revisão e divulgação dos posts semanais. Os alunos serão responsáveis por reunir informações, notícias, análises críticas e comentários a decisões recentes, de modo a criar um ambiente dinâmico e público de debate sobre arbitragem.	
<b>PROBLEMA</b>	O FGV Blog de Arbitragem pretende criar um espaço democrático para a publicação de textos sobre arbitragem, suprimindo uma lacuna existente no meio acadêmico que é o espaço para a publicação pelo corpo discente e por aqueles que não possuem mestrado/doutorado, mas que têm grande conhecimento e interesse no assunto. Além disso, é o único editorial brasileiro com publicações semanais e exclusivas sobre arbitragem.	
<b>PRODUTO</b>	O produto final é o FGV Blog de Arbitragem ( <a href="https://www.fgvblogdearbitragem.com.br">https://www.fgvblogdearbitragem.com.br</a> ) e seus posts semanais, de até 2.000 palavras. O FGV Blog de Arbitragem, que já publicou 43 textos, mantém mailing que já conta com 134 inscritos e 530 seguidores no LinkedIn.	
<b>OBJETIVO</b>	Por meio de um formato menos tradicional, agregar conteúdo de qualidade, produzido por atores de diferentes Meios no campo arbitral, democratizando o acesso à arbitragem. Publicação semanal de posts com até 2.000 palavras.	
<b>METODOLOGIA</b>	Os alunos se dividirão para cada um ficar responsável por uma etapa do blog, como por exemplo: (i) seleção de Temas; (ii) captação de posts; (iii) contato com os autores; (iv) revisão dos artigos submetidos; (v) organização do site. Ao final do semestre, cada inscrito enviará um post a ser publicado no Blog.	
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	
	Outras:	
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>	
1	Apresentação do Blog. Divisão de tarefas entre os alunos.	
2	Classificação de textos anteriores em seções específicas do Blog.	
3	Classificação de textos anteriores em seções específicas do Blog.	

4	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
5	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
6	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
7	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
8	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
9	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
10	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
11	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
12	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
13	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
14	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
15	Debate sobre o último post publicado e fechamento da publicação da semana.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	A avaliação será feita por participação semanal em sala e submissão de post para publicação ao final do semestre. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	CARMONA, Carlos Alberto. <i>Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96</i> , 3 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. MUNIZ, Joaquim de Paiva. <i>Curso básico de direito arbitral: teoria e prática</i> , 3 ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2015. ECO, Umberto. <i>Como se Faz uma Tese</i> . Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	CÂMARA, Alexandre Freitas. <i>Arbitragem: Lei nº 9.307/96</i> , 5 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009. CARREIRA ALVIM, J. E. <i>Comentários à Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307, de 23/9/1996)</i> . Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2002. CRETELLA NETO, José. <i>Comentários à lei de arbitragem brasileira</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2004.